

Relatório da minha visita a Luanda, Angola

26 de Julho – 02 de Agosto de 2015

I – Introdução

Visitei Luanda, capital de Angola, de 26 de Julho a 2 de Agosto de 2015, a convite - recebido em Maio 2015 - da Dra. Lúcia Silveira, Presidente da ONG angolana “AJPD – Associação Justiça, Paz e Democracia”.

Antes de partir, informei o Chefe da Delegação da UE e recebi apoio muito útil na organização do meu programa: o Embaixador Gordon Kricke recebeu-me à chegada ao aeroporto e facultou-me uma sala na Delegação da UE para reunir com organizações da sociedade civil. Tanto como o Embaixador como outros membros da sua equipa ajudaram-me na organização de visitas a projectos apoiados pela UE. No final do programa, informei-o em detalhe sobre os encontros que mantive.

Não necessitei de visto para entrar em Angola, pois sou portadora de passaporte diplomático português. No entanto, através da Embaixada de Angola em Bruxelas, informei o Governo angolano com um mês de antecedência e consegui três dos encontros com autoridades governamentais que havia solicitado – com o Ministro da Justiça e Direitos Humanos, com o Ministro da Administração Territorial e com o Provedor de Justiça.

Reuni igualmente com líderes dos partidos da oposição parlamentar, UNITA (Dr. Samakuva e MP Raul Danda), CASA-CE (MP Chivukuvuku e Sr. Evaristo Luz) e BLOCO DEMOCRÁTICO (actualmente sem assento na Assembleia Nacional – Dr. Filomeno Vieira Lopes, Prof. Justino Pinto de Andrade e Dr. Alfredo Baruba). Embora o tivesse solicitado, não consegui encontros com representantes parlamentares do partido no poder, o MPLA. Encontrei-me com representantes de várias organizações da sociedade civil, activistas de direitos humanos e de desenvolvimento, incluindo representantes da Igreja Católica, e dos meios académico e empresarial, familiares de presos políticos, jornalistas e amigos angolanos (na sua maioria ligados ao MPLA).

O principal objectivo da visita foi inteirar-me da actual situação de direitos humanos e liberdade de expressão no país. Nos últimos meses foram chegando ao Parlamento Europeu notícias preocupantes, nomeadamente a perseguição judicial contra o jornalista Rafael Marques; relatos de um massacre no Huambo, no mês de Abril, com alegadamente mais de um milhar de vítimas entre os seguidores de uma seita religiosa; a detenção de activistas de direitos humanos de Cabinda em Março, e de um grupo de jovens críticos do Governo, em Luanda, em Junho. Curiosamente, os *media* portugueses, normalmente atentos à realidade em Angola, mantinham

conspícuo silêncio, com raras excepções: facto explicável por angolanos com poder financeiro terem iniciado a corrida a compras de activos portugueses precisamente pelos grupos da comunicação social: não pelos lucros que se sabe não produzirem, mas pelo controle que facultam quanto à difusão de notícias de - e para - Angola: por isso hoje a maior parte dos jornalistas e *media* portugueses não ousa relatar nada de crítico sobre as autoridades angolanas, receando perder empregos ou investidores.

Tanto através das conversas que tive em Luanda, como por observação directa, pude confirmar uma acelerada deterioração no respeito pelos direitos humanos, liberdades fundamentais e espaço democrático. Testemunhei uma contra-manifestação organizada pelo MPLA para negar a Praça da Independência a um grupo de jovens que haviam cumprido a formalidade de notificar as autoridades sobre o plano de se manifestarem pacificamente, em protesto pela detenção de outros jovens. Foram espancados pela polícia e a televisão pública transmitiu repetidamente a propaganda totalitária dos contra-manifestantes de não permitirem que os críticos se manifestassem, equiparando essa acção a um “regresso à guerra” (argumento anti-democrático e *ad terrorem* num país compreensivelmente ainda muito traumatizado por décadas de guerra).

II – Encontros com o Governo

Encontrei-me com o **Ministro da Administração Territorial, Dr. Bornito de Sousa** (que foi meu colega durante vários anos na Assembleia Parlamentar Conjunta UE-ACP), e com o **Ministro da Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Dr. Rui Manguera** (igualmente meu colega em postos diplomáticos). Encontrei-me também com o **Provedor de Justiça, o Dr. Paulo Tchilica**. Todos estavam acompanhados por membros das suas equipas e mantiveram comigo longas, francas e detalhadas trocas de impressões.

Estas foram as principais questões abordadas:

a) Prisioneiros políticos:

- A situação do Dr. Marcos Mavungo em Cabinda: trata-se de um activista de direitos humanos (e economista empregado pela Chevron) que está preso desde 14 de Março de 2015, por tentar organizar um protesto contra a má governação e as violações de direitos humanos na província de Cabinda. Em 28 de Agosto, o Procurador pediu ao tribunal a sua condenação a 12 anos de prisão, acusando-o de incitação à revolta – ou seja, à pena máxima prevista na lei para este crime. A sentença está anunciada para 16 de Setembro.

- Os 15+1 jovens (nomes indicados em lista anexa) detidos em Luanda em Junho, durante uma palestra sobre um livro, em espaço particular. Popularmente designados de “revús” (abreviatura de “revolucionários”), alguns são conhecidos *rappers*, artistas e intelectuais; o +1 é um capitão da Força Aérea. O Governo nega que existam “presos políticos” em Angola. O Vice Procurador-Geral apareceu na TV pública, na semana em que estive em Luanda, recusando tal qualificação para o grupo de detidos, embora, ao mesmo tempo, anunciasse que tinham sido apanhados a organizar um “golpe de Estado”. O MJDH especificou que os jovens eram responsáveis pela “preparação de actos de subversão”, designadamente por “levantarem barricadas de pneus em chamas na estrada para o aeroporto”. Ainda não tinham sido formalmente acusados, embora na altura já estivessem detidos há mais 35 dias (agora mais de 70 dias, e entretanto os familiares enfrentam múltiplas obstruções para os visitar, muito embora tenham de lhes fornecer alimentos). O MJDH referiu que, de acordo com a lei, poderiam permanecer detidos, sem acusação formal, até seis meses, sublinhando também que Angola não permitiria o desenvolvimento de um movimento sedicioso orquestrando a juventude “como na Maidan da Ucrânia”. Ambos os Ministros pareceram chocados quando estabeleci um paralelo com velhos tempos da nossa juventude, quando manifestantes contra o regime colonial fascista português eram acusados de “subversão” e patriotas angolanos eram chamados de “terroristas”.

b) Massacre de seguidores da seita de Kalupeteka, Monte Sumi/Huambo em Abril:

O Governo admitiu que 9 polícias e 13 civis morreram numa disputa com forças da Polícia, por a seita se recusar a enviar as crianças à escola e autorizar a sua vacinação. Mas recusa, categoricamente, os relatos dos partidos da oposição e de organizações da sociedade civil, segundo os quais mais de mil cidadãos, na sua maioria mulheres e crianças, terão sido mortos no confronto entre a Polícia e a seita “Luz do Mundo”, às ordens de um pastor carismático, José Kalupeteka (actualmente detido no Huambo, com dezenas de seguidores).

O MJDH indicou que se encontra em curso uma investigação judicial e que Kalupeteka e seguidores serão julgados, justificando assim a veemente recusa oficial da sugestão feita pelo Alto-Comissário das NU para os Direitos Humanos de que se fizesse um inquérito internacional ao violento incidente. O Ministro rejeitou qualquer credibilidade às alegações dos partidos da oposição de que centenas de corpos estariam enterrados em valas comuns no local onde ocorreram os confrontos e que a Polícia e o Exército tenham perseguido os sobreviventes para os abater, como a oposição clama baseando-se em alguns vídeos que circulam.

O Provedor da Justiça disse ter mandado fazer um inquérito aos acontecimentos no seguimento de queixa que recebera de um partido da oposição e que o respectivo relatório será oportunamente apresentado à Assembleia Nacional.

c) Redução do espaço democrático, repressão e direitos de expressão e imprensa

O MJDH rejeitou a minha afirmação (baseada em observação directa) de que a televisão pública angolana seja um instrumento de propaganda para o partido no poder deslegitimar os partidos da oposição e manipular a informação. De igual forma, rejeitou a minha referência ao comportamento anti-democrático do MPLA ao impedir a anunciada manifestação de crítica através da contra-manifestação, alvitrando que o MPLA teria sido o primeiro a informar as autoridades da intenção de se manifestar na Praça.

Os Ministros elaboraram sobre o perigo para a ordem pública resultante do comportamento de jovens radicais: curiosamente, ligaram-no às críticas feitas ao enriquecimento dos filhos do Presidente e altas figuras do Estado. Surpreendente foi terem feito a defesa do que chamam “processo de acumulação primitiva de riqueza pela burguesia nacional”, que consideram estar em curso desde que se iniciou a paz em 2002 “como acontece na Europa há 200 anos”, para justificar a apropriação de vantagens e recursos estatais por parte da elite governante e sua descendência. O facto de tal argumentação (que eu já ouvira antes, em privado, a membros do MPLA) ter sido despudoradamente desenvolvida em reuniões oficiais e na frente de subalternos evidencia o fosso abismal entre governantes que vivem em ostentatória opulência e a maioria do povo, que vive em condições de tremenda pobreza em Angola!

III – Preocupações da Oposição, da Igreja e da sociedade civil

Nos encontros com líderes da **Oposição**, sérias preocupações foram levantadas acerca da necessidade de se saber a verdade sobre o que aconteceu no massacre do Huambo, identificar corpos em valas comuns e fazer chegar assistência médica e outro apoio a centenas/milhares de sobreviventes ainda dispersos nas matas (uma fonte da igreja confirmou-me que, uma semana antes, um grupo de 90 sobreviventes, na sua maioria mulheres e crianças em condições de saúde extremamente precárias, haviam chegado a uma missão religiosa na província vizinha do Bié). Outra preocupação deveria ser o risco para a segurança nacional de deixar estas pessoas entregues a si próprias na selva, possivelmente alimentando o sentimento de vingança. A tentativa do Governo de encobrir responsabilidades dos comandantes provinciais e do Governador da província do Huambo, o general e ex-ministro da Defesa, Kundi Paihama, é desastrosa e não acalmará os sentimentos de indignação que reinam entre a população da região.

Uma outra zona do país onde a população vive sujeita às mais sistemáticas violações de direitos humanos é a região das Lundas, a Leste, onde empresas de extracção de diamantes, licenciadas e detidas por altas patentes do regime, são responsáveis por repressão brutal, incluindo homicídios às mãos de agentes das “companhias de segurança” constituídas pelas mesmas altas patentes.

Os representantes da oposição queixaram-se das inúmeras dificuldades em exercer os seus deveres de escrutínio do comportamento do governo e de responsabilização, uma vez que nunca são apresentados pelo Estado dados económicos fiáveis, nem são respondidas as perguntas feitas pela oposição: todos os meios são usados para atacar a oposição, para refutar críticas e desinformar a população. Por isso o partido no poder resiste e impede a transmissão directa via tv das sessões parlamentares. O novo e faraónico edifício da Assembleia Nacional está pronto e equipado para permitir um canal parlamentar, mas a mudança de instalações vem sendo adiada, alegadamente porque os encargos de manutenção ascendem a milhões de USD por mês...

Visitei o **Bispo Auxiliar de Luanda**, Dom Zeferino Zeca Martins, e visitei também a **Rádio Ecclesia** – que em 2008, quando o PE observou as eleições angolanas, era a principal fonte de informação independente em Luanda e aguardava licença para difundir por todo o país. Até à data a licença não chegou, apesar da insistência da Igreja, com o equipamento comprado a tornar-se obsoleto, segundo me disse o Bispo. Pelo contrário, as emissões da Radio Ecclesia foram obrigadas a fechar um espaço que costumava dedicar a actividades das ONGs... De contactos com outras fontes concluí que, promovendo seitas concorrentes com as Igrejas como a de Kalupeteka e usando ligações familiares entre algumas altas patentes do regime e dignitários eclesiásticos, e suas ligações ao Vaticano, o regime procura encurralar a Igreja Católica e torná-la dócil e politicamente instrumental.

Nos meus encontros com **ONGs** de direitos humanos e de desenvolvimento, a mais constante queixa que ouvi foi a do estreitamento do seu espaço de acção. Transmitiram-me uma análise muito negativa do funcionamento democrático no país, a piorar acentuadamente: a impunidade da grande corrupção aos mais altos níveis e dos responsáveis por violações dos direitos humanos, as prepotências sistemáticas contra os cidadãos cometidas pela Polícia, guardas prisionais, outros organismos do Estado, a falta de independência do poder judicial, etc... O Governo usa todo e qualquer expediente para lhes dificultar a vida, incluindo a recusa de reconhecimento legal. Uma lei sobre o financiamento de ONGs foi elaborada de maneira a impedir que pudessem contar com apoio internacional. O Governo tenta obter o controlo das ONGs através de uma nova lei que lhe reserva as decisões finais sobre quais os projectos que as ONGs podem empreender, sobre quem os gere e como devem ser geridos. Durante a minha estadia em Luanda tive conhecimento de que estava a ser ultimado um seminário para activistas das ONGs de todas as províncias, financiado pela UE, para promover o reforço das

capacidades e direitos humanos a actores não estatais, no quadro do programa PAANE (Programa de Apoio a Actores Não Estatais). Mas apesar de ter sido desenvolvido com pleno conhecimento e em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, todos os dias surgiam novos obstáculos, levantados pelo próprio Ministério...

Os activistas das ONGs estabelecem uma ligação entre a corrupção, empobrecimento da população, desvio de recursos do Estado pela elite cleptocrática e as crescentes violações de direitos humanos para silenciar críticos e encobrir abusos contra a lei e a Constituição e para o regime instrumentalizar o poder judicial e os meios de comunicação. No entanto, também me foi sublinhado que, com o agravamento da crise económica, cada vez mais pessoas estão a despertar e a fazer ouvir vozes críticas: o Governo ainda não consegue controlar as redes sociais - actualmente o Facebook é o meio de comunicação mais utilizado para a crítica social e política em Angola. A detenção do grupo dos 15+1 jovens é geralmente interpretada como um grande erro cometido pelo regime. Os 15+1 eram conhecidos como jovens corajosos, vocais na crítica, idealistas, mas também muito desorganizados: razão pela qual toda a gente ri da acusação publicamente avançada pelo Procurador e pelo Governo de que estariam a planear um golpe de Estado!

Activistas de direitos humanos e de desenvolvimento sublinharam-me a sua decepção com a UE pelo silêncio sobre as violações de direitos humanos, a falta de acção em apoio dos activistas de direitos humanos e da democracia, a vista grossa em relação à corrupção e má gestão dos recursos do Estado comprometendo o desenvolvimento. Alguns verbalizaram a sua indignação por o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, durante a sua última visita a Luanda, ter afirmado que a UE não enviaria observadores às eleições de 2012, vergando-se à linha justificativa do Governo de que Angola "se tornara uma democracia madura".

IV – Encontro com familiares dos presos políticos

Encontrei-me com pais, mulheres e outros familiares dos 15+1 "revús". Estavam extremamente apreensivos com as condições de saúde dos presos, incluindo condições psicológicas, pois quase todos se encontravam em prisão solitária há mais de 35 dias e algumas das celas estavam cheias de mosquitos. Queixaram-se também amargamente dos impedimentos para os verem, uma vez que o dia semanal de visita fora várias vezes alterado, mas sempre coincidindo com dias da semana em que os familiares tinham de trabalhar. Além disso, a maioria dos prisioneiros fora transferida para uma prisão a 90 km de Luanda, tornando as visitas ainda mais difíceis. E isto apesar das famílias terem de levar comida para alimentar os presos.

Todos os familiares denunciaram como falso e difamatório o que Governo e Procurador haviam dito na televisão pública sobre os jovens para justificar as detenções, apesar de não terem ainda sido formalizadas acusações contra os presos. Denunciaram também a perseguição e humilhação pública que as famílias sofreram quando, após a detenção, as suas casas foram brutalmente revistadas, tendo sido confiscado equipamento (IPads, PCs, telemóveis, livros, etc....) indiscriminadamente, causando enormes estragos nas vidas profissionais dos próprios familiares. Senti uma atitude de grande indignação para com o comportamento do Governo e das autoridades prisionais – os familiares temiam que os prisioneiros fossem submetidos a tortura, para além das condições de detenção execráveis (os casos de tortura na prisão são frequentes, tal como foi recentemente noticiado sobre uma mulher detida por um crime comum).

Mães e mulheres dos prisioneiros disseram-me que estavam a informar as autoridades da intenção de se manifestarem pacificamente pela libertação dos seus filhos/maridos. A primeira manifestação ocorreu do dia 8 de Agosto, sendo que elas foram brutalmente atacadas pela polícia, incluindo com cães, algumas ficando muito feridas. As famílias tentaram nova manifestação em 28 de Agosto, mas o aparelho de segurança do Estado à volta da Praça da Independência era tal, que acabaram por optar pelo gesto simbólico de oferecer flores aos agentes da Polícia presentes.

V- Encontros com jornalistas

Visitei o jornalista e activista dos direitos humanos Rafael Marques em sua casa. Ele foi recentemente condenado (com pena suspensa por dois anos), por expor a violência e as violações de direitos humanos nas Lundas, identificando como responsáveis certos generais de topo, próximos do Presidente. Devido às suas ligações internacionais, o regime tem sido cauteloso e sofisticado nas formas de perseguição, vigilância e nas limitações ao seu trabalho. Caminhei com ele pelas ruas do centro de Luanda e testemunhei não só a sua coragem e insubmissão, mas também como é respeitado, cumprimentado e encorajado por muita gente que o reconhece.

Outros jornalistas que não gozam de semelhante estatuto público contaram-me que se vêem sujeitos a rudes ameaças, intimidações e a brutais retaliações: por exemplo, o jornalista Mário Paiva, do semanário “Agora”, teve a sua casa assaltada e o computador roubado, poucas horas depois de me entrevistar... Para não falar da auto-censura a que se vêem obrigados, a fim de se manterem em actividade, tanto nos meios de comunicação públicos, como privados.

Jornalistas e outros analistas políticos salientaram a tensão política que se adensa, para além da originada pela crise económica, em torno da sucessão presidencial, esperada em 2017. Esta parece bloqueada pelo próprio Presidente José Eduardo

dos Santos (no poder desde 1975, o segundo chefe de Estado há mais tempo em funções em África) que recentemente anunciou a intenção de continuar no cargo (dizem algumas vozes, desde que percebeu que o seu próprio partido, o MPLA, não aceitaria o plano para nomear o seu filho como sucessor).

Este e outros factores, incluindo a deterioração da economia, contribuem para tornar a sociedade angolana (24,3 milhões de habitantes, de acordo com o censo de 2014, a maioria vivendo em Luanda) menos leniente para com a plutocracia corrupta que não pode e não quer garantir o desenvolvimento sustentável, a diversificação da produção e serviços públicos decentes para as classes médias e para a grande maioria de pobres. As classes médias (incluindo funcionários estatais e pequenos e médios empresários) estão numa situação particularmente difícil, uma vez que todos os bens básicos da vida quotidiana são importados e não porque podem continuar a pagar tratamentos médicos e educação dos filhos no exterior, uma vez que os bancos estão com falta de divisas estrangeiras e há restrições na sua venda (embora nas ruas se vendam e comprem dólares e euros pelo dobro da cotação oficial).

A corrupção desenfreada é a principal fonte de descontentamento e de crítica social, agora que o orçamento do Estado foi drasticamente reduzido, nenhum efeito "trickle down" é sentido pelos cidadãos e, ainda assim, a pilhagem de recursos do Estado continua inabalável. Durante a minha visita, muitas pessoas mencionaram as contradições políticas evidenciadas por um relatório recente do CEO da Sonangol (a empresa estatal de petróleo e "cash cow" da nomenklatura) apontando para tremenda má gestão, opacidade e roubo desbragado durante os anos em que o actual Primeiro-ministro foi o chefe executivo da empresa.

VI - Reuniões com economistas e empresários

Conversei com economistas angolanos e vários empresários portugueses e angolanos. A análise que fazem é muito preocupante. Muitas PME portuguesas, brasileiras e outras estão em apuros, à espera há meses de serem pagas pelo Estado e instituições privadas e debatem-se com muitas dificuldades para manter trabalhadores, importar equipamentos e produtos e transferir lucros ou pagar a fornecedores. Muitos expatriados especializados estão a deixar o país: incluindo os médicos e enfermeiros cubanos, que eram quem assegurava cuidados de saúde por todo o país, visto que a agência oficial cubana também deixou de ser paga.

Economistas e empresários sentem o espaço democrático encolher a par com o agravamento da situação económica, nomeadamente desde a revisão do orçamento do Estado a 25 de Fevereiro de 2015, que reduziu para metade as previsões iniciais devido ao declínio dos preços do petróleo (90% da receita do Estado).

De acordo com o Relatório Económico 2014 do CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica) da Universidade Católica de Angola, a renda do petróleo,

entre 2003 e 2013 atingiu os 567 bilhões de dólares. Mas a maior parte perdeu-se: o investimento público foi muito menor (93 mil milhões de dólares entre 2002-2014) e não foi orientado para o desenvolvimento sustentável, mas para produzir uma elite económico-financeira rica. O país e as pessoas não estão preparados para enfrentar o impacto do choque externo actual: mais desigualdade e empobrecimento é inevitável. E é-o também a tensão social, incluindo o receio de um êxodo de expatriados e nacionais (mais de 200.000 portugueses trabalham actualmente em Angola).

O aperto financeiro é tal que Angola está novamente a tentar negociar um empréstimo com o FMI. E o Presidente José Eduardo dos Santos foi obrigado a fazer, em Junho último, uma visita de urgência à China para pedir apoio financeiro. A visita não foi notificada ao Parlamento com antecedência (como a lei exige), nem qualquer informação oficial foi fornecida posteriormente: a opacidade está a alimentar a especulação: circula que o Presidente pediu, mas não conseguiu, uns 30 mil milhões de dólares de empréstimo; ou que obteve o empréstimo, mas em troca de garantias reais, incluindo o arrendamento de extensas terras aráveis no Cuando-Cubango (a província do sul com extraordinário potencial de fertilidade) à China para produzir arroz e outros produtos básicos. Em qualquer caso, o que me foi confirmado é que a China, dado os próprios constrangimentos económicos e financeiros por que passa, pediu aos melhores advogados e consultores internacionais em Luanda para avaliarem rigorosamente o valor real de todos os investimentos feitos por bancos chineses, fundos e empresas em Angola. O grande impacto político e social desta visita à China foi evidenciado por os membros do Governo se terem queixado da especulação desestabilizadora alimentada sobre ela na imprensa privada e redes sociais!

Empresários e economistas que conhecem o extraordinário potencial de Angola em sectores além do petróleo e diamantes (incluindo agro-indústria e pesca), não se queixam apenas da ausência de uma estratégia governamental para diversificar produção, formar trabalhadores, estimular imigração qualificada, criar de postos de trabalho, etc.: denunciam o regime incapacitante que está organizado para dar o máximo proveito a algumas famílias, ou seja, aqueles que servem o Presidente e os seus filhos. Ouvi de empresários e empresárias, angolanos e portugueses, angustiantes histórias de intimidação, retaliação e desapropriação, se não concordassem em partilhar activos e lucros com a nomenklatura e seus filhos ou testas-de-ferro. Instrumental é o assédio judicial: acusações do Ministério Público contra nacionais e estrangeiros têm servido esses fins criminosos.

VII - Visitas aos projectos financiados pela UE

As contradições económicas, sociais e ambientais são flagrantes em Luanda: torres de luxo continuam a ser construídas pelas colinas acima, implicando deslocamentos forçados da população, apesar de a maioria dos novos edifícios não estarem iluminados à noite (estão vazios, a bolha da construção está a estourar...). Deixa-se

que a baía de Luanda esteja em absurdo emagrecimento: a terra está a ser perigosamente roubada ao mar para construir condomínios privados na orla... Mas o Governo não tem dinheiro para gastar com milhares de crianças que vivem nas ruas: a União Europeia está a financiar um projecto de prestação de cuidados de saúde e apoio a essas crianças, tentando encorajá-las e facultar-lhes alguma educação e qualificação profissional. Visitei a cidade à noite com um grupo de dedicados jovens assistentes sociais a apoiar dezenas dessas crianças e visitei o Centro de Acolhimento de Crianças Padre Arnaldo Janssen, onde os mais pequenos podem ser alojados (em condições esquálidas) e enviados para a escola. A UE é actualmente a principal fonte de financiamento desta instituição social fundamental, cujas necessidades são imensas. Este é, na minha opinião, um projecto que merece um aumento do apoio da UE, mas também a pressão da UE para o Governo pelo menos partilhar o orçamento e estender o projecto a outras cidades em Angola.

Outra área em que a UE pode e deve ser socialmente mais pró-activa, interagindo com as autoridades angolanas e com um impacto directo nos direitos humanos das pessoas mais vulneráveis, é a organização dos cuidados hospitalares. Visitei as áreas circundantes de vários hospitais e observei as condições horríveis em que as famílias dos pacientes são mantidos do lado de fora, esperando para serem chamados a pagar aos enfermeiros e médicos para lhes serem ministrados equipamento ou medicamentos necessários para tratar os seus parentes - ou deixá-los morrer. Um [documentário](#) recente do jornalista norte-americano Nicholas Kristoff registou essa realidade chocante.

VIII - Conclusão e Recomendações:

A UE não pode continuar com a política de fechar os olhos às gritantes práticas corruptas em Angola, que fazem paródia dos princípios das Nações Unidas sobre direitos humanos e responsabilidade social empresarial, do processo Kimberley e da regulação internacional contra o branqueamento de capitais.

Para além de diligências diplomáticas discretas sobre casos individuais, é crucial que a UE seja vista em Angola como atenta aos direitos humanos, nomeadamente em relação às condições de detenção dos presos políticos e à capacidade de administração da justiça, designadamente em julgamentos que precisa de observar e ser vista a observar. Tal como o que está em curso em Cabinda contra o Dr. Marcos Mavungo, como o julgamento dos "revús" (se vierem a ser levados a tribunal), e o de Kalupeteka e seus seguidores, no Huambo.

Apoiar o Comissário dos Direitos Humanos das Nações Unidas no pedido de uma investigação internacional independente sobre o massacre no Monte Sumi, Huambo, é o mínimo que a UE pode fazer para ajudar a acabar com a impunidade e prevenir que semelhante brutalidade ocorra novamente.

Exigir respeito pela liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação tem de se ouvir à UE, a par de uma abordagem menos passiva em relação à manipulação do sistema judiciário e do Estado para orquestrar e encobrir crimes económicos e outros.

A lavagem de capitais está organizada pela nomenklatura para fazer deslocar receitas do Estado em proveito próprio, usando o sistema financeiro, empresarial e imobiliário europeu para os domiciliar em paraísos fiscais e outras jurisdições "seguras". Tal como a reintegração do "dinheiro lavado" se faz através de investimentos no espaço europeu, muitas vezes com cumplicidade activa de governos, advogados e bancos europeus. O colapso do BES (Banco Espírito Santo) em Portugal em 2014 está ligado, entre outros factores, à recusa do Presidente JE dos Santos em honrar uma garantia estatal fornecida à participação do BES no BESA (BES Angola). Mais de 5,7 mil milhões de dólares desapareceram do BES/BESA e estão agora, certamente, multiplicados em investimentos efectuados por angolanos e portugueses em paraísos fiscais e em negócios legais na Europa e por todo o mundo, enquanto os portugueses e outros bancos pagam a factura e o povo angolano se confronta com mais pobreza e repressão. Sucede ainda que os programas de recapitalização bancária e de privatização em Portugal, Espanha e outros países da UE têm criado enormes oportunidades que os cleptocratas de Angola não têm perdido, incluindo a compra de participações em instituições bancárias. Isabel dos Santos, filha mais velha do Presidente JE dos Santos, a mulher mais rica de África segundo a Forbes Magazine e ostensivamente uma PEP (Pessoa Politicamente Exposta, definição da regulação anti-branqueamento de capitais), tornou-se não apenas principal investidora em Portugal nos sectores das telecomunicações, da energia, do comércio, da engenharia e construção, etc... mas também accionista com posição qualificada e controladora pelo menos num grande banco português.

As reacções que a minha visita suscitou a figuras do Estado e o interesse demonstrado nos meios de comunicação angolanos, atestam que Governo e sociedade em Angola dão atenção ao que os europeus pensam, dizem e não dizem sobre o seu país.

A UE não pode permanecer passiva e silenciosa enquanto observa a situação politicamente bloqueada deteriorar-se ainda mais em Angola. Deve também levar em conta possíveis implicações para a segurança regional e para alguns dos seus Estados Membros, como Portugal, que, de repente, pode enfrentar um afluxo maciço de portugueses e cidadãos de dupla nacionalidade, em resultado de ruptura violenta na inevitável transição do poder em Angola.

Ana Gomes, MEP
2 de Setembro 2014